

Salvador, 09 de março de 2020.

**Ref.: Edital de PREGAO ELETRONICO Nº 84/2018**

**TOPOS INFORMÁTICA EIRELI**, com sede na Rua Mundo, nº 121, Loteamento Colinas do Jaguaribe, Quadra M, Lote 67, Ed. Tecnovia, salas 201/203 e 401, Trobogy, Salvador/BA, CEP: 41.745-015, neste ato representada por seu Diretor Comercial, Dilson Lima Gomes, Analista de Sistemas, CPF: 404.104.475-87, RG 03.159.264-30 SSP/BA, **vem, por meio deste JUSTIFICAR que, em razão de erro humano, quando do preenchimento da PROPOSTA, marcou erroneamente para o Item 3 a opção de ser fornecedora de bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB).**

Tratou-se de um mero erro formal que não acarretou prejuízos ao andamento deste certame, visto que foi observado ainda quando da fase de aceitação das propostas o que possibilitou ao Pregoeiro seguir normalmente com o procedimento licitatório e chamar a licitante inicialmente classificada em 1º lugar.

O Tribunal de Contas da União possui diversos Enunciados neste sentido:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)”

“A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (Acórdão 2546/2015-Plenário)”

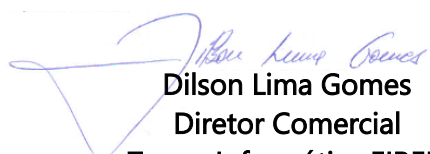
“Licitação. Julgamento. Erros materiais. É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão 187/2014 Plenário - Representação, Relator Ministro Valmir Campelo)”

“Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1811/2014-Plenário)”

“Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitante. (Acórdão 2872/2010-Plenário)”

Evidente, portanto, que um mero erro formal, desde que seja um erro passível de correção e que não traga prejuízo aos demais licitantes e nem à Administração Pública, como foi o caso, não deve ensejar a instauração de processo para apurar a conduta da licitante

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.



**Dilon Lima Gomes**  
Diretor Comercial  
Topos Informática EIRELI

96.770.573/0001-73  
**TOPOS INFORMÁTICA EIRELI**  
Rua Mundo, 121, Loteamento Colinas do  
Jaguaribe, Quadra M, Lote 67, Edif. Tecnovia,  
Sala 01, Trobogy, CEP 41.745-715  
SALVADOR - BA